

SOBRE A PROBLEMÁTICA DA INTERAÇÃO NAS REDES DIGITAIS: DA “RELAÇÃO SOCIAL” À “VINCULAÇÃO”¹

Eli Borges Junior²; Kalyne de Souza Vieira³

Resumo: Este artigo busca refletir, ainda que de forma breve, sobre a temática da interação no contexto da comunicação digital contemporânea, propondo, para isso, uma revisão do conceito de “relação social” para o de “vinculação”. A partir de autores como Edgar Morin e, sobretudo, Muniz Sodré, tal proposição é articulada a uma problemática mais ampla e complexa dada pela contraposição entre dois modelos de construção de conhecimento: o método unitário das ciências e aquele que Sodré sublinha como “inteligibilidade redescritiva”, posicionamento hermenêutico filosófico – embora não metafísico – diante dos fenômenos de nossa contemporaneidade.

Palavras-chave: interação, redes digitais, relação social, sociabilidade, vinculação.

Abstract: This article intends to reflect, even briefly, on the theme of interaction in the context of contemporary digital communication, proposing, for this, a revision of the concept of “social relation” to that of “vinculation”. From such authors as Edgar Morin and, above all, Muniz Sodré, this proposition is articulated to a broader and more complex problematic given by the contrast between two models of knowledge construction: the unitary method of sciences and the one that Sodré underlines as “redescriptive intelligibility”, a philosophical – though not metaphysical - and hermeneutical positioning in the face of the phenomena of our contemporaneity.

Key-words: interaction, digital networks, social relation, sociability, vinculation.

O presente texto emerge de duas questões dilemáticas fundamentais: uma de caráter mais geral e outra de caráter mais específico e que tematiza justamente este nosso trabalho. Começamos pela questão de caráter mais geral, a qual advém de uma premente necessidade de repensar os modos de operação e constituição do conhecimento contemporâneo, ou seja, de revisar as próprias formas a partir das quais se pode hoje atribuir legitimidade a um determinado saber. Pois é justamente esse problema epistemológico que nos remete diretamente a nossa segunda questão dilemática: a ciência tradicional, inaugurada pelo

¹. Artigo apresentado ao Eixo Temático 09 – Redes sociais e sociabilidade do IX Simpósio Nacional da ABCiber.

². Doutorando e mestre em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Pesquisador do Centro Internacional de Pesquisa Atopos da ECA/USP. E-mail: ridolfi.eli@gmail.com.

³. Pesquisadora do Centro Internacional de Pesquisa Atopos da ECA/USP. É mestre em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: kalynesv@yahoo.com.br

método unitário galileano, pavimentada pela filosofia de Descartes, e convertida em diretriz de produção após a Revolução Industrial, poderia ser portadora dessa tarefa, dando conta de abarcar a amplitude e a singularidade das transformações de natureza social e comunicativa que emergiram a partir das redes digitais?

Quem nos põe uma luz sobre essa questão é, entre outros autores, Muniz Sodré, em sua recente obra *A ciência do comum* (SODRÉ, 2014), ao nos apontar o contraste sobretudo entre duas concepções de ciência (e que se converterão mesmo em duas concepções de comunicação). A primeira delas é a que se ancora na instrumentalização dos fenômenos comunicacionais, herança da sociologia clássica que se forjaria principalmente nos estudos da *Mass Communication Research* – e que ainda perseguiria grande parte da pesquisa da comunicação contemporânea (SODRÉ, 2014; WOLF, 2008; MATTELART, MATTELART, 2004).

Já a segunda, estofo teórico de nosso trabalho, é aquela que procura lançar um olhar diverso para os fenômenos da contemporaneidade, um modo distinto de conhecer as coisas e alternativo à ciência tradicional, o qual viria a partir, principalmente, de uma concepção outra de comunicação e que, para o próprio Sodré, assumiria uma função primeira e fundamental de “organização do comum” (SODRÉ, 2014). A proposta de nosso artigo, portanto, é dar fôlego a essa ideia do pensador brasileiro que concebe a comunicação como uma ciência capaz de interpretar com clareza e inovação fenômenos da nossa contemporaneidade, sinalizando para uma certa impossibilidade das ciências sociais clássicas e da própria filosofia ocidental – sobretudo metafísica – de compreender uma nova “orientação existencial”, caracterizada por uma “estetização generalizada pela ação das mídias” (idem, p. 145), típica de nossa época.

Talvez tal incompatibilidade entre a ciência tradicional e essa nova proposta de conhecimento esteja justamente numa resposta também dada por Sodré e já ensejada por Edgar Morin, qual seja, a necessidade de redescrever a contemporaneidade a partir de um novo modo de inteligibilidade dos fenômenos do mundo da vida. Essa “redescrição”, a nosso ver, deve preceder a observação e a análise específica de qualquer objeto da comunicação contemporânea ou das redes digitais, implicando um problema de natureza linguística e convidando-nos, assim, a uma discussão, ou mesmo a uma substituição, de certo vocabulário que habita os manuais das teorias clássicas de comunicação. Assim, é preciso revisitar determinadas categorias da comunicação tradicional, inspirados pelo projeto de uma *scienza nuova*⁴, o que aqui, de forma brevíssima, buscaremos empreender a partir da problematização

⁴ Talvez um dos principais programas da filosofia de Vico e que se consumaria como a sua obra magistral, *Principi di scienza nuova d'intorno alla comune natura delle nazioni* (VICO, 1836), publicada em 1725, e que

da comunicação para além da “relação social”, mas como “vinculação” e “organização do comum”.

Duas ciências: duas comunicações

Nossa chave de reflexão, portanto, pretende tensionar essas duas frentes: uma que se fundamenta sobre a comunicação como “relação social” e que tem por trás uma forma metodológica e epistemológica da ciência tradicional calcada num olhar “unidimensional” da realidade (MORIN, 2010), capaz de objetivá-la sob uma verdade única, passível de cálculo e verificação (MORIN, 2011, p. 106). E a segunda, da comunicação como “vinculação” ou “vínculo”, como admissão da imprevisibilidade, da não negação das subjetividades implícitas no jogo da fala, dos espaços desordenados e nada imprevisíveis diante dos quais nos deparamos hoje nas redes digitais, como o caráter atípico das manifestações net-ativistas (DI FELICE, 2016; VIEIRA, 2016), nas formas tênues e efêmeras de fruição estética ou afetiva via aplicativos de *smartphones* (BORGES JUNIOR, 2014), ou ainda, dos alternativos arranjos econômicos que escapam às leis tradicionais de mercado (KAUFMAN, ROZA, 2013).

Na primeira frente, identificamos a noção de “relação social” a partir de algumas das concepções clássicas de comunicação, tentativas de compreensão que, de certa maneira, acabaram por concebê-la como um processo de “troca” de informações entre duas instâncias diversas. Veremos, assim, algumas implicações disso, as quais parecem ter resultado em um modo específico – e diríamos também bastante restrito – de consideração dos fenômenos comunicacionais, mas que, no limite, sugerem mesmo um reflexo de um modo unidimensional e “simplificado”, nos termos de Morin, de se fazer ciência. Nada nos impede também de retornar ainda mais no tempo e atravessar alguns conceitos clássicos sociológicos, sobre os quais brotariam muitas dessas teorias: exemplo disso é a questão da externalidade do fato social de Émile Durkheim (DURKHEIM, 2009).

Todas essas concepções sugerem, guardadas as suas particularidades, uma noção de relação que parece dissolver o caráter subjetivo das interações humanas, dualizando sujeito e objeto e, no limite, coisificando as próprias relações, subtraindo-lhes o espaço de possíveis falhas, dos ruídos, do imprevisível, da desordem e daquilo que não pode ser objetificado e, portanto, esculpido dentro dos métodos de observação e mensuração tradicional.

se mostrava, já em meados do século XVIII, como uma alternativa importante ao racionalismo do método cartesiano. A expressão é empregada por Morin (2011, p. 49) como caminho para se pensar uma espécie de “virada paradigmática”, capaz de ultrapassar as fronteiras do modelo simplificador das ciências rumo a um “pensamento complexo” (MORIN, 2011).

Já na segunda, em contraposição, inspirados por Sodré e Morin, buscaremos pensar a interação a partir de uma vertente que não a cristalice como algo exterior às subjetividades, mas que a conceba como uma esfera de contiguidade às mesmas, esfera plural, imprevisível, de possíveis modos de visão de mundo e de inteligibilidade das coisas (SODRÉ, 2014). Nessa concepção abre-se espaço ao papel dos afetos, procurando se distanciar de uma pretensa objetividade das coisas do mundo. Seja a partir dessa visão de comunicação de Sodré, expressa por uma espécie de *bios midiático* (SODRÉ, 2002; 2014), seja pelo paradigma da complexidade de Morin, ou mesmo por outras visões particulares – auxiliados de alguma forma ainda pela discussão sobre os “modos de existência” de Bruno Latour (LATOURE, 2012), de “formas de habitar atópicas” de Massimo Di Felice (DI FELICE, 2009) ou de uma condição de existência “glocal” de Eugênio Trivinho (TRIVINHO, 2013)⁵ –, tentaremos propor uma redescritção da interação e de suas características. Isso a partir da revitalização de noção de “vínculo”, trazida por Sodré, e que permite a consideração dos espaços não previsíveis das práticas comunicacionais, da expressão de subjetividades, da vivacidade da fala e de sua possibilidade de inovação em relação à própria língua.

Decorre daí a importância de uma visão “crítico-cognitiva ou metacrítica” (SODRÉ, *op. cit.*, p. 304) que possibilite reconsiderar recursos relegados pela ciência tradicional, como a criação artística, o uso de metáforas, analogias ou mesmo de formas de conhecimento que admitam a expressão da sensibilidade e a criação artística. A efemeridade e a imprevisibilidade dos movimentos que falamos acima parecem justamente se inscrever dentro dessas novas possibilidades de conhecimento. Nesse sentido, começemos nosso percurso pelo caminho mais conhecido: a comunicação que tem como operador conceitual de fundo a noção de “relação social”.

Comunicação como “relação social”

Não é segredo que qualquer manual mais completo sobre o conjunto das teorias clássicas da comunicação aponta-nos, seja de forma direta ou indireta, para um legado vasto e muito bem firmado do campo das ciências sociais clássicas. A comunicação, a partir do momento em que – mesmo com um olhar ainda fundamentalmente voltado à prática – começa a se posicionar como um saber específico, fá-lo a partir de teorias e modelos epistemológicos e metodológicos da sociologia. A consequência cabal disso é simples: ao herdar desse campo

⁵ Autores que aqui não serão por nós tratados, dada a brevidade do trabalho.

sua forma de trabalho e de produção de conhecimento, a comunicação herda, por corolário, todos os imbróglis nos quais a própria sociologia estava metida. O principal deles seria, pois, um de seus problemas primeiros, relacionado a uma questão identitária, qual seja, aquele relacionado à sua afirmação como ciência, à possibilidade de ser reconhecida como um “campo científico” *par excellence*.

Em busca disso, a sociologia, por meio de seu fundador-mor, Auguste Comte⁶, propõe-se de todas as formas apropriar-se de alguns dos principais caminhos epistemológicos das ciências da natureza, sobretudo aqueles que atravessavam os preceitos organizadores do método unitário. Será firmada, assim, desde já, uma clara e distinta separação entre sujeito e objeto, posicionamento esse capaz de assegurar uma dimensão de confiabilidade aos resultados alcançados, já que é necessário que um e outro não se “contaminem”. E tal confiabilidade é, por sua vez, garantida pela possibilidade de verificação desses resultados, dentro de certas condições predeterminadas.

Evidentemente que há aí a pressuposição de uma lógica ou mesmo de uma “lei” que regularia o funcionamento do processo ou do fenômeno analisado: à sociologia de Comte caberia descobrir essa lei, revelar-lhe aquilo de recorrente, capaz de se repetir, portanto, no contexto dessas condições de que acabamos de destacar. Em última instância, a sociologia de Comte pressupõe a busca de verdades capazes de expressarem, *per se*, o próprio *modus operandi* do todo social. O filósofo dá fôlego, pois, à ideia de uma “objetividade científica”, objetividade principalmente como contraposição a “subjetividade”, ou seja, a uma condição particular de um sujeito e que, assim, não poderia ser alçada como verdade universal justamente por não ser universal.

Com efeito, boa parte dessa concepção de sociologia como “física social” – a expressão é de Comte – que, como na física clássica, teria de revelar suas próprias “leis naturais”, será, em última medida, transplantada para a comunicação. Não sem antes, por certo, tomar contornos ainda mais definidos e unitariamente organizados a partir da pena de Émile Durkheim. O sociólogo francês parece levar ao extremo certos princípios de Comte, chegando a forjar a organização de uma sociologia do fato social, o que significaria uma sociologia que trabalha, de antemão, com a ideia de que certos fenômenos sociais poderiam ser isolados, como uma colônia de bactérias ou a evolução de um enfermo de varíola – exemplo das ciências naturais –, fornecendo, por si mesmos, tais regras extensíveis a

⁶ Ver sobretudo *Curso de Filosofia Positiva* (COMTE, 1978), com textos organizados entre 1830 e 1842, e seu posterior *Discurso sobre o espírito positivo* (COMTE, 1978), de 1844.

fenômenos análogos e que poderiam ser estudadas como forma de correção de possíveis desvios ali verificados.

É nesse sentido que elaboraria *As regras do método sociológico* (DURKHEIM, 2009), obra na qual delinea os princípios fundamentais de “análise” – e aqui o termo não é mesmo por acaso – das funções do organismo social. Tais funções, descritas a partir de seus fenômenos e expressões comuns – denominadas pelo fato social –, comporiam uma totalidade comandada por uma lógica previsível e, por isso, controlável, reproduzível em cada uma de suas partes menores. Assim, a religião, por exemplo, seria concebida com funções muito específicas, como a de pertencimento a determinado grupo, como a de promoção de uma certa coesão social.

Mas, sem nos atermos a especificidades da sociologia durkheimiana, o que nos compete aqui é destacar como a sua reflexão corrobora com uma postura epistemológica que se esforça no sentido de ver os fenômenos como porções isoláveis da realidade, capazes de serem delimitadas a partir de critérios julgados como “objetivos” e tratados como verdadeiras “coisas”. É daí também que parece ganhar corpo a própria ideia de “relação social” como algo analisável ou reflexível fora de sua própria acontecimentalidade, descolada de sua imediata ocorrência, como se seu processo em si pudesse ser desvinculado de agentes responsáveis por promovê-lo. Em outras palavras, na medida em que forma uma completa e necessária separação entre os extremos do sujeito e do objeto, procurando situar a “relação” social na segunda dessas extremidades, a sociologia lança para fora do tabuleiro qualquer peça ou regra capaz de oferecer algum tipo de instabilidade ao jogo. Dessa forma, serão desprezados quaisquer aspectos fundamentados em uma natureza mais subjetiva – como os afetos, os sentimentos, as sensações –, tratados como desvios, acidentes, uma vez que, no mínimo, não são capazes de oferecer a previsibilidade exigida pelo método científico tradicional.

Essa forma de trabalho influenciaria diretamente a própria comunicação e é nessa forma que, direta ou indiretamente, seus primeiros modelos explicativos irão se inspirar. A própria ideia de “modelo” ou “sistema” explicativo já tem, por si, um traço muito presente desse tipo de ciência. Trata-se de um modo de organização da realidade capaz de enquadrá-la dentro do que acabamos de trazer aqui: um todo coeso, cujas partes se comunicam de forma estável e previsivelmente lógica. Desvios podem ocorrer? Evidentemente que sim, desde que sejam exatamente assim tratados: como desvios, elementos fora da “normalidade” que devem ser submetidos a um controle estrito para que assim possam ser evitados.

Um dos primeiros modelos da comunicação clássica, a teoria da agulha hipodérmica, sugere-nos isso em traços claros. Tal explicação busca aproximar o fenômeno comunicacional à operação de uma seringa e o movimento que promove em uma substância, de um ponto a outro do espaço, substância essa conduzida por uma agulha em penetração da pele. Há, assim, pressuposta uma ideia de “transmissão” de algo, quase mesmo de “inoculação”, no caso, de “informação”, como se essa última funcionasse como uma substância. A analogia entre uma e outra tem, no entanto, implicações sérias: tratar a própria informação como algo manipulável, tangível em certa medida e, assim, quantificável e controlável. Uma espécie de substancialização da informação que parece se confirmar em modelos seguintes que trabalharão com a possibilidade de separação do fenômeno da comunicação em instâncias diversas, como “emissor”, “receptor”, “canal”, “mensagem” etc.

Será justamente em nome disso e como aperfeiçoamento da teoria da agulha hipodérmica que Harold Lasswell elaboraria, nas primeiras décadas do século XX, seu modelo comunicativo descrito por cinco questões fundamentais: 1ª) Quem?; 2ª) Diz o quê?; 3ª) Por que canal?; 4ª) A quem?; 5ª) Com que efeitos? (LASSWELL, 1948). Não se pode negar que tal modelo representa uma certa complexificação da teoria hipodérmica, porém, com consequências claras no sentido dessa substancialização de que falamos: são ali ainda instituídas outras categorias, como a “mensagem” e o “canal” e que, muito embora problematizem aspectos antes negligenciados, acabam por firmar essa postura “analítica”, que procede separando aquilo que tem por objetivo conhecer. Um reflexo, pois, do tipo de ciência unidimensionalizante e disciplinarizadora ao qual nos referimos no início deste trabalho.

A comunicação procuraria, desse modo, reproduzir dentro de sua forma de trabalho epistemológico o próprio esforço de categorização da sociologia clássica. Mas o mais interessante é que, na pretensão de firmar-se como campo científico, assumindo todas as responsabilidades que isso implicaria (como a adoção de métodos de pesquisa e técnicas de mensuração de resultados quantificáveis e precisamente definíveis), a sociologia parece ter chegado a um ponto, se não contrário, extremamente paradoxal: na tarefa de retratar a sociedade e analisá-la de forma “objetiva”, ela acabaria por criar as categorias – como “sociedade”, “indivíduo”, fato social” – que, objetivamente, não existem. São, de fato, narrativas, histórias, ficções desenvolvidas como forma de acessar – e aqui não garantimos que isso se efetive – o próprio mundo.

A comunicação parece herdar tudo isso, estampando esses esforços sobretudo em seus primeiros modelos explicativos. Eles parecem, de forma mais ou menos aprimorada, exibir

uma dinâmica entre tais categorias, processos que nos contam como elas se mobilizam em conjunto, mas sempre separáveis, como as partes da noção de “organismo social” positivista (DURKHEIM, 2004). A ideia de relação, da etimologia que subentende “algo que é dado em resposta a”, parece expressar justamente isso: ela põe em contato partes distintas, estabelece de antemão uma internalidade e uma externalidade, e, portanto, já pressupõe uma distinção entre partes. Mesmo que o processo ocorra de forma total, “integrada”, haverá ali a sombra das fronteiras entre tais instâncias, não sendo possível pensar em um todo não dividido em partes. Há recorrentemente uma ideia de “órgão” e de “função a ser desempenhada”: na comunicação, em seus primeiros modelos, há sempre um emissor cujo papel de emissor não se confunde à sua função de receptor; ainda que as duas funções residam em uma só pessoa, elas são tratadas distintamente. Mesmo que isso seja apenas uma estratégia de compreensão do próprio modelo, ela acaba por nos limitar a possibilidade de complexificar ainda mais o fenômeno da comunicação e de trazer perspectivas que fogem às pretensões da objetividade científica.

É claro que outras explicações clássicas tentarão resolver em parte esse problema da simplificação dos primeiros modelos a partir de novas propostas que, de alguma forma, passassem a contemplar outras variáveis. É nesse sentido que podemos ver a evolução da *Mass Communication Research* ao longo dos meados do século XX e sobretudo nos trabalhos de Paul Lazarsfeld e Robert Merton. Sempre na perspectiva de investigação das “funções” dos meios de comunicação de massa, os autores, tomando como referência casos de propaganda, por exemplo, buscavam identificar elementos que pudessem contribuir para uma compreensão de seus efeitos junto às audiências a que eram expostos⁷. Buscando aperfeiçoar seu ponto de vista sobre o fenômeno comunicacional, relacionam a função persuasiva das peças a fatores como o arcabouço de experiências dos próprios indivíduos da audiência ou às especificidades de seu contexto social. É o que levará estudiosos como Mauro Wolf a atribuírem a esses autores novas abordagens no estudo da comunicação de massa, algo mais “empírico-experimental” ou ainda “empírico em campo” (WOLF, 2008).

Mais tarde, a linha da comunicação administrativa estadunidense concorreria com outras visões que ganhariam, sim, perspectivas muito mais robustas no que tange a uma complexificação da leitura dos fenômenos comunicativos. Partindo do “paradigma dos efeitos” (SODRÉ, 2014), cuja expressão já nos indica um conjunto de explicações que tomam a comunicação sob o aspecto da transmissão de informações – e uma análise das mais

⁷ Ver LAZARSELD, MERTON, 1948.

adequadas formas para que isso efetivamente ocorra –, somos apresentados a outras tentativas menos simplificadoras como os modelos semióticos de Umberto Eco e Paolo Fabbri, da década de 70. Tanto o modelo “semiótico-informativo” como o “semiótico-textual” (ECO, FABBRI, 1978) procuram dar conta de vertentes não problematizadas pelas teorias anteriores, principalmente aquelas da *Mass Communication Research*. São construídos tendo como ponto de partida a questão do código e seus desdobramentos na organização do processo comunicativo: a linguagem e, mais, a forma como é operada pela fala – Eco e Fabbri falarão em “conjuntos de práticas textuais” –, serão variáveis centrais à ocorrência do fenômeno da comunicação.

Não obstante esses esforços, a sua separação em instâncias distintas permanece. E, apesar de abrirem espaço para elementos de natureza fundamentalmente subjetiva, como a cultura ou ainda os traços psicológicos envolvidos por exemplo no exercício imediato da fala, parece haver ainda a intenção última no sentido de construir um sistema coeso, que perdura no sentido de organizar a comunicação em um “fluxo” dividido em fases e, no limite, controlado segundo variáveis em certa medida previsíveis. Basta verificarmos o próprio esquema, uma espécie de fluxograma, no qual os autores procuram desenhar os seus modelos.

Essa perspectiva “separatista”, bastante presente entre as primeiras teorias e mesmo em modelos muito mais aperfeiçoados como os de Eco e Fabbri, parece atenuar-se nas abordagens mais culturológicas da comunicação. Marshall McLuhan e sua ideia de mídia como um próprio “ambiente” – fornecendo um importante estofo para o desenvolvimento da *media ecology*⁸ – enunciariam já uma certa ruptura na ideia de comunicação com instâncias e funções delimitadas: a expressão que alçaria a sua obra àquelas entre as mais importantes do campo da comunicação, “o meio é a mensagem”, já nos denuncia um esforço importante no sentido de romper com a postura categorizadora e substancialista da herança sociológica nos primeiros estudos da comunicação.

Outro passo importante nessa escalada que tende a se distanciar da comunicação como “relação” entre partes e suas funções diversas é dado pelos *cultural studies*. Seja na versão da Escola de Birmingham⁹, seja em seus desdobramentos latino-americanos¹⁰, suas pesquisas procuram abordar, sob uma perspectiva mais ampla e menos objetivável, os próprios meios como importantes elementos no advento de processos culturais específicos e, ao mesmo

⁸ Conceitualmente anunciada por Neil Postman (POSTMAN, 1970).

⁹ Com destaque para Richard Hoggart, Raymond Williams e Stuart Hall.

¹⁰ E seus nomes principais: Jesús Martín-Barbero e Néstor García Canclini.

tempo, enfocando a transformação de culturas tradicionais por influência desses *media*. Evidentemente que tais processos são vistos de uma forma bem mais complexa do que perspectivas funcionalistas anteriores como as da *Mass Communication Research*, mas se deve reconhecer também que os próprios estudos culturais perceberiam certos traços de dualidade em sua reflexão, com uma divisão entre papéis sociais: por exemplo, ao proporem o conceito de midiatização em alternativa ao de mediação cultural. Identifica-se, assim, que o papel dos meios como “mediações” entre homem e o mundo acabaria por atribuir aos *media* uma dimensão por demais instrumental, capaz, num esforço não tão exagerado, de descolá-los do próprio contexto cultural em que se desenvolveram. Ao propor uma revisão sobre isso, o conceito de midiatização busca dar conta dessa relação entre homem e mundo, considerando os *media* não como instâncias que se interpõem entre um e outro, mas como constituídos por um e por outro. Há aí um esforço importante no sentido de superar os dualismos entre homem e mundo, os quais justamente ajudam a explicar a própria ideia de “relação” social.

No entanto, não obstante seja possível identificar interpretações acerca do fenômeno comunicativo as quais nos oferecem um nível de complexidade cada vez mais aprimorado, é certo que há uma dimensão que em dada medida parece ser negligenciada em seus estudos. Referimo-nos a elementos quase sempre pouco abordados nos modelos aqui apresentados, sobretudo naqueles que primeiramente trouxemos: os elementos de caráter fundamentalmente subjetivo na comunicação, a importância dos afetos, dos sentimentos e das sensações, assim como de toda a imprevisibilidade e de sua impossibilidade de apreensão por meio da ciência tradicional. É, nesse sentido, pois, que propomos aqui uma reflexão sobre o conceito de “vinculação” como alternativa à ideia de “relação social”.

Comunicação como “vinculação”

Quem nos inspira a fazer essa diferenciação é Muniz Sodré e é fundamentalmente a ele que dedicaremos estas próximas notas. Antes de entrar propriamente na problemática da “vinculação”, vale ressaltar que talvez o mais interessante da reflexão do autor seja a amplitude de sua proposta de revisão do próprio campo da comunicação ou mesmo sua discussão sobre o que seriam as bases de construção de uma ciência propriamente comunicacional.

Como estofo para essa reflexão, valer-nos-emos, sobretudo, de sua recente obra *A ciência do comum*, a partir da qual Sodré parece alinhar justamente a questão dilemática da

“relação social” e da “vinculação” à necessidade de uma releitura, metodológica e epistemológica, dos fenômenos característicos de nossa contemporaneidade. Seu ponto de partida é, pois, a definição latina do termo “comunicação” (*communicatio/communicare*), que, segundo o sociólogo, já resguarda em si a ideia de “partilha”, de “participação em algo”, ideia essa que será fundamental na compreensão da comunicação como “pôr em comum” (SODRÉ, 2014, p. 11), o que chamará mais adiante de “organização do comum”.

Em certa medida, a visão de Sodré acaba por atribuir à comunicação um papel de centralidade na reflexão sobre a contemporaneidade, dada a própria “mídiação generalizada” dos fenômenos verificados nas mais distintas esferas da vida social. Com uma clara preocupação que busca distanciar a temática da mídiação no que toca a perspectivas mais deterministas da comunicação – as quais atribuem à dimensão técnica das inovações comunicativas o ponto central das transformações que implicam –, Sodré aponta para um novo modo de existência, uma “nova orientação existencial”, um “*bios* midiático” (SODRÉ, 2002; 2014), algo constituinte da generalidade da vida contemporânea, advindo sobretudo a partir de uma hipertrofia das novas tecnologias de comunicação e informação (TICs).

Essa grande influência das TICs parece se efetivar muito mais do que por uma mera relação de causa e efeito, ou mesmo por uma noção de “impacto” sobre os fenômenos de nossa contemporaneidade. Ela ultrapassa a dimensão da instrumentalidade e é operada de forma mais ampla dentro das próprias condições de existência do sistema de produção capitalista. Para Sodré, há uma inexorável correlação entre mídia e o que chama de “financeirização”. A partir daí, é possível perceber, no mínimo, um esforço crítico do autor no sentido de ressituar a importância dos fenômenos comunicacionais como elementos fundamentais da dinâmica da existência contemporânea. Há, assim, o desenvolvimento de um modo de produção fundamentado em um capitalismo financeiro que opera a partir de tecnologias de informação e comunicação capazes de oferecer dois de seus mais importantes sustentáculos: sua base material – tais mídias proporcionaram uma incrível velocidade no trato da informação – e sua base ideológica – difundindo seus valores e formas de pensar, tornando possível a perpetuação do próprio sistema. Como complementa o sociólogo:

(...) capitalismo financeiro e globalização constituem hoje, no mundo globalizado, um par indissolúvel. O capitalismo contemporâneo é ao mesmo tempo financeiro e midiático: financeirização e mídia são duas faces de uma moeda chamada sociedade avançada, essa mesma a que se vem apondo o prefixo “pós” (pós-industrialismo, pós-modernidade etc.) (SODRÉ, 2014, p. 55).

Há, portanto, um elemento fundamental identificado por Sodré ao expor essa relação indissociável entre a comunicação contemporânea e os modos de organização de nosso sistema econômico-financeiro. O sociólogo convida-nos a sublinhar justamente essa função de “biombo ideológico” desempenhado pela mídia junto ao processo de financeirização. O par “comunicação/informação” seria, assim, para ele, um modo muito específico – e eficiente – de “ficcionalização do real”, fenômeno capaz mesmo de “naturalizar” os modos de vida e as visões de mundo propícias ao mercado financeiro. Essa “naturalização” teria, por sua vez, objetivos muito claros de fundamentação do próprio sistema como algo reconhecidamente mais adequado, melhor e necessário à promoção de um bem comum – o qual, porque ideológico, vender-se-ia como “universal”, apesar de concorrer para interesses muito bem definidos.

Há dois aspectos muito importantes que podemos aqui extrair dessa análise de Sodré. O primeiro é a sua intencionalidade crítica, capaz de empreender, no estudo da comunicação contemporânea, uma perspectiva que busque superar os limites sempre anunciados pela sociologia clássica (tratando a comunicação como uma subárea sem uma proposição científica própria, mas como a si afiliada). Esse esforço crítico parece ser construído sobretudo a partir de uma tentativa de atribuir uma dimensão comunicativa a praticamente todas as esferas da vida social. Essa “mídiatização generalizada” (SODRÉ, 2014, p. 116) tornaria a comunicação uma fronteira atual de estudos, sendo uma das únicas “áreas” efetivamente capazes no objetivo de oferecer caminhos viáveis à compreensão das idiosincrasias de nossa contemporaneidade.

O outro aspecto, complementar ao primeiro, refere-se a uma lacuna que Sodré nos evidencia entre os modos de operação do capitalismo financeiro atual e as formas de organização da mídia. Essa última não funciona por meio de uma noção de “transmissão” ou de “troca” de informações necessárias ao primeiro. Sua função vai muito além daquela anunciada pelo “paradigma dos efeitos”, mas se dá em um nível muito mais complexo. Os modos como a mídia opera dentro desse sistema efetivam-se a partir de formas bem mais sofisticadas do que os modelos clássicos da comunicação anunciariam em seus esquemas separatistas. É justamente essa complexidade que nos interessa aqui e que faz frente às perspectivas tradicionais nos estudos da comunicação.

O que significa, no entanto, essa complexidade? Em larga medida, o que Sodré nos quer despertar é a atenção para aspectos até então, de certo modo, negligenciados no estudo dos fenômenos comunicacionais. Negligência essa, em certo modo, assumida pelos métodos

científicos tradicionais como condição para o alcance de sua própria legitimidade. Sodré quer nos sublinhar a dimensão simbólica desses processos e é justamente essa a chave fundamental para compreendermos a importância de sua distinção entre “relação social” e “vinculação”. Essa chave, no entanto, deve ser situada dentro de uma discussão sobre os próprios modos de se fazer ciência hoje: será essa problematização que articula, pois, as bases do que Sodré caracteriza como “método comunicacional”.

E o autor parece querer levar essa problematização às últimas consequências, uma vez que até o termo “ciência” é colocado em xeque. Há, assim, para ele, a necessidade de se fazer uma profunda revisão sobre as formas de construção de conhecimento contemporâneas, formas essas que devem atravessar outras perspectivas para além do método unitário. Sodré defende que outros “sistemas de inteligibilidade”¹¹ sejam considerados na tarefa epistemológica, outros modos de compreensão dos fenômenos do mundo, modos alternativos que, em certa medida, foram relegados pela tradição científica.

Dessa forma, abre-se espaço para uma nova hermenêutica capaz de estender as potencialidades da reflexão: modos de inteligibilidade que convidem à experiência estética e mesmo artística como forma de buscar novas metáforas e possibilidades de compreensão. É nesse sentido que, segundo o autor:

(...) diga-se ciência ou sistema de inteligibilidade, é possível, assim, pensar numa hermenêutica, entendida não como inteligência metodológica ou doutrina da verdade da interpretação – nem mesmo como uma “filosofia” universal da interpretação –, mas como um modo de inteligibilidade (uma “língua” afiada) aplicado aos fenômenos de compreensão suscitados pela consciência tecnológica: uma nova e redescritiva “hermenêutica da existência”, portanto (SODRÉ, 2014, p. 172).

Tal hermenêutica agiria num nível profundo de “redescrição” dos fenômenos contemporâneos ou mesmo de fenômenos já históricos no sentido de reconhecer-lhes especificidades que passariam incólumes quando expostos a uma perspectiva científica tradicional. A tarefa de redescrivê-los, no entanto, compreende a possibilidade de considerá-los a partir de um posicionamento fundamentalmente filosófico, não metafísico, capaz de superar a ideia de verdade única, de raciocínio lógico e de separação entre sujeito e objeto dessa primeira ciência. Por isso, remete-se aqui a uma espécie de saber não adequado à lógica

¹¹ Como esclarece Sodré, “Com a expressão ‘sistema de inteligibilidade’ se controla aqui o embaraço da expressão da ‘palavra’ ciência e se fica filosoficamente mais próximo de um ‘sistema de pensamento’ tendente a acolher a realidade imediata dos fenômenos sociais e suscetível de se confrontar a outros sistemas de inteligibilidade” (SODRÉ, 2014, p. 172).

unidimensional da “disciplina”, campo limitado do conhecimento com suas próprias regras e um *corpus* temático específico.

Com o objetivo de romper essas barreiras, Sodré traz para a sua reflexão a possibilidade de inserção – e de aceitação – de espaços vazios, a serem preenchidos pela desordem, pela imprevisibilidade, pela relatividade da verdade. É aí, pois, que sua obra atravessa a de Morin¹², ao reivindicar a consideração de uma maior complexidade na tarefa de construção do conhecimento. Morin e sua proposta de revisão do que caracteriza como “paradigma simplificador” bate de frente justamente com o problema da unidimensionalização do saber¹³ e da incapacidade da ciência contemporânea, sua “inteligência cega”¹⁴, em incorporar a incompletude e a indefinição também como método e elemento constituinte da construção de conhecimento.

É aí que aportamos, então, na proposta de Sodré que sublinha a questão do “vínculo” ou da “vinculação” como um nível operativo possível ao método comunicacional, nível esse que, em certa medida, seria colocado como uma possibilidade para além da “relação social”. O que Sodré pretende fazer emergir é a possibilidade de uma hermenêutica que compreenda tais espaços indefinidos, tomados pelo imprevisível, coloridos pelos afetos, hermenêutica essa como uma das frentes a partir das quais se organiza o próprio comum. O vínculo, como afirma, compreende algo de “simbólico” e não semântico; é assim, em última medida, “energia ou força”:

*A vinculação (...) difere da relação social em seus modernos termos jurídicos e políticos, porque não se define como “fazer contato”, como algo colocado “entre” os seres identificados por suas posições marcadas no interior de hierarquias existenciais complexas, e sim como a condição originária do ser, desde já atravessado por uma exterioridade vazia – o comum – que o pressiona para fora de si mesmo e o divide. (...) O vínculo inscreve-se na dimensão comunitária e comporta o dialogismo estrutural implícito na ideia de *communicatio*, em que não predomina a *semiose* entendida como relação linguística com um “outro”, mas como *heterotopia* simbólica, ou seja, como ocupação de um “outro” lugar e formação de *valor* por movimentação sensível (SODRÉ, 2014, p. 300-301)¹⁵.*

¹² Sobretudo os volumes de *La méthode* (MORIN, 2003b) e sua *Introdução ao pensamento complexo* (MORIN, 2011).

¹³ Destaque aqui para a obra *A cabeça bem-feita* (2003a).

¹⁴ Cf. MORIN, 2011, p. 12. Como nos complementa Morin: “A inteligência cega destrói os conjuntos e as totalidades, isola todos os seus objetos do seu meio ambiente. Ela não pode conceber o elo inseparável entre o observador e a coisa observada. As realidades-chave são desintegradas. Elas passam por entre as fendas que separam as disciplinas. (...) A metodologia dominante produz um obscurantismo acrescido, já que não há mais associação entre os elementos disjuntos do saber, não há possibilidade de registrá-los e de refleti-los” (idem, *ibidem*).

Tal postura metodológica, portanto, distancia-se daquela que tem a “relação” como condição primeira e única do fenômeno comunicacional. Parece haver então aí um consequente distanciamento mesmo da noção de objetividade, de uma verdade absoluta e externa ao sujeito, ou mesmo de uma separação clara e distinta entre sujeito e objeto.

A noção de vínculo permite-nos, destaca o autor, ir além daquilo que é contemplado pela consciência, abordando também vertentes inconscientes que os métodos tradicionais da ciência são incapazes de identificar com presteza. Aqui, assim, a comunicação despe-se, portanto, das vestimentas propiciadas pela sociologia clássica para assumir um papel específico, tarefa singular, na compreensão dos fenômenos da contemporaneidade. Por isso, a sua redescritção como método deve supor formas de conhecimento diversas das que concebe o paradigma dos efeitos (com sua previsibilidade e noção de transmissão de informações) ou o paradigma simplificador (com sua objetividade e estrita dualidade entre sujeito e objeto).

O vínculo, como nos esclarece Sodré, vai, assim, muito além das possibilidades oferecidas pelo *socius*, pelas relações sociais humanas ou mesmo por suas formas agregativas. Ultrapassa a forma explicativa do “tratado” para alcançar a subjetividade e a imprecisão construtiva do “ensaio”, das metáforas ou das hermenêuticas alternativas e suas possibilidades estéticas e artísticas. Por isso, a noção de “vinculação” permite que tratemos a problemática contemporânea da interação em modos mais complexos, pois aí ela se articula em processos que tornam inseparáveis a ação humana, e afetiva, e a agência das mídias. O vínculo é visto, assim, como algo “que se globaliza por meio das tecnologias da comunicação” (SODRÉ, 2014, p. 301).

Por isso, sua apreciação sugere-se como algo fundamental no exercício de reflexão sobre as redes digitais. E a profundidade com que esse exercício deve ser feito talvez constitua mesmo um dos principais desafios da comunicação contemporânea: aquele de firmar-se como um celeiro importante e alternativo de estudos (com uma centralidade inevitável, que já é dada pela própria centralidade dessas tecnologias em nossa vida contemporânea) diante, todavia, de toda uma herança sociológica clássica que, malgrado suas aporias, exerce ainda uma forte presença com suas formas tradicionais de trabalho científico.

Referências bibliográficas

BORGES JÚNIOR, E. **Tecnodionysos**: tecnologias digitais e ação em rede na cena contemporânea. Dissertação defendida na ECA/USP, 2014.

¹⁵ O itálico é do autor.

COMTE, A. **Curso de filosofia positiva. Discurso sobre o espírito positivo. Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo. Catecismo positivista.** Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Trad. José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

DI FELICE, M. **Net-ativismo.** As ecologias das interações nas redes digitais: da ação social ao ato conectivo. São Paulo: Paulus. No prelo.

_____. **Paisagens pós-urbanas:** o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar. São Paulo: Annablume, 2009.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Les règles de la méthode sociologique.** Paris: Payot, 2009.

ECO, U.; FABRI, P. “Progetto di ricerca sull’utilizzazione dell’informazione ambientale”. **Problemi dell’informazione**, n. 4, 1978, pp. 555-597.

KAUFMAN, D. ROZA, E. **Empresas e consumidores em rede:** um estudo das práticas colaborativas no Brasil. São Paulo: Annablume, 2013.

LASSWELL, H. D. The structure and function of communication in society. In: BRYSON, L. (org.). **The communication of ideas.** New York: Harper, 1948.

LATOURETTE, B. **Enquête sur les modes d’existence:** une anthropologie des modernes. Paris: La Découverte, 2012.

LAZARSFELD, P.; MERTON, R. Mass communication, popular taste and organized social action. In: BRYSON, L. **The communication of ideas.** New York: Harper, 1948.

MATTELART, A.; MATTELART, M. **História das Teorias da Comunicação.** São Paulo: Loyola, 2004.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. Trad. Eloá Jacobina. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003a.

_____. **Introdução ao pensamento complexo.** Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **La Méthode.** vol. 5. Paris: Séuil, 2003b.

POSTMAN, N. The Reformed English Curriculum. In: EURICH, A.C. **High School 1980:** The Shape of the Future in American Secondary Education, 1970.

SODRÉ, M. **A ciência do comum:** notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **Antropológica do espelho:** uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRIVINHO, E. **Glocal:** visibilidade mediática, imaginário bunker e existência em tempo real. São Paulo: Annablume, 2013.

VICO, G. **Principi di scienza nuova d’intorno alla comune natura delle nazioni.** Milão: Società Tipografica de’ Classici Italiani, 1836. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=5EJcIqNLDK8C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 10 out. 2016.

VIEIRA, K. **Net-ativismo:** redes sociais digitais e as interações do movimento “Põe no Rótulo”. Dissertação defendida na UFPB, 2016.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.